



4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

EMENTA TAQUIGRÁFICA

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO		
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>DATA:</b> 3/12/2014 <b>HORA:</b> 9h	<b>LOCAL:</b> Sala 01 das Comissões/Alesc
<b>SUMÁRIO:</b> Avaliar e analisar o cumprimento das metas fiscais, nos termos do artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101/2000.		
<b>PRESIDENTE:</b> Deputado Estadual Darci de Matos		
<b>PARTICIPANTES DA MESA:</b> Deputado Estadual Darci de Matos, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Antônio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Renato Hinnig, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputada Estadual Luciane Carminatti, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual José Milton Scheffer, substituindo o Deputado Valmir Comin; Antônio Marcos Gavazzoni, Secretário de Estado da Fazenda/SC.		
<b>REGISTRO DE PRESENCAS:</b> Graziela Luiza Meinheim, gerente de Informações Contábeis da Secretaria de Estado da Fazenda; Flávio George Rocha, diretor de Contabilidade-Geral em exercício da Secretaria de Estado da Fazenda/SC; Alex Heleno Santore, assessor da Secretaria de Estado da Fazenda/SC; Cléia Schmitz, assessora de Comunicação da Secretaria de Estado da Fazenda/SC.		
<b>MANIFESTAÇÕES:</b> Deputado Darci de Matos; Graziela Luiza Meinheim; Secretário Antônio Marcos Gavazzoni; Deputado Renato Hinnig; Deputada Luciane Carminatti; Deputado Antônio Aguiar; Deputado José Milton Scheffer.		



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA AVALIAR E ANALISAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO 4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, REALIZADA NO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 9H, NA SALA 01 DAS COMISSÕES, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA**

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos)** – Com satisfação, saudamos os telespectadores da TVAL; os ouvintes da Rádio Digital; os senhores Deputados Renato Hinnig e Antônio Aguiar; o Secretário da Fazenda Antônio Marcos Gavazzoni; a senhora Graziela Luiza Meinheim, gerente de Informações Contábeis da Secretaria de Estado da Fazenda; o doutor Flávio George Rocha, diretor de Contabilidade-Geral em exercício da Secretaria de Estado da Fazenda. Senhoras e senhores, o nosso bom-dia.

Damos por aberta esta audiência pública, na forma regimental, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, nos termos do artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos segundo e quarto bimestres de 2014 e Relatório de Gestão Fiscal dos primeiro e segundo quadrimestres de 2014.

Saudamos todos, e é uma satisfação podermos receber o Secretário Antônio Gavazzoni com a sua equipe, que faz um excepcional trabalho na Pasta da Fazenda do governo João Raimundo Colombo.

Neste momento, concedemos a palavra ao senhor Antônio Marcos Gavazzoni, Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Obrigado, senhor Presidente.

Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Darci de Matos, o Deputado Aguiar, o Deputado Renato Hinnig, a equipe da Fazenda, os nossos diretores, o Flávio e a Graziela que nos acompanham, o doutor Alex e a doutora Cléia.

Nós temos duas apresentações a fazer, Presidente; a primeira será feita pela Graziela e a segunda por mim, que demonstrarão, em resumo, os números de Santa Catarina e mostrarão o equilíbrio financeiro das contas do Estado, o cumprimento de todos os limites e de todas as obrigações constitucionais e legais e, mais que isso, demonstrarão que o momento que Santa Catarina vive perante o nosso cenário nacional, que é de bastante turbulência econômica, é uma posição que se consolida de destaque.

Então, para encurtar um pouquinho a nossa participação aqui, eu passo a palavra à diretora Graziela para que ela faça a apresentação, e, na sequência, eu vou fazer algumas intervenções e uma apresentação final.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos)** – Muito bem. Assim, passamos a palavra à doutora Graziela Luiza Meinheim, gerente de Informações Contábeis da Secretaria de Estado da Fazenda.

**A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM** – Bom-dia a todos. Cumprimento o Presidente da mesa, Deputado Darci de Matos, e os demais Deputados.

Como o Secretário Gavazzoni falou, os números que vamos apresentar aqui, tanto do primeiro quanto do segundo quadrimestres, demonstram que as finanças do Estado estão em



equilíbrio. Bem rapidamente, eu vou apresentar os números do primeiro quadrimestre e vou dar um enfoque maior no segundo, porque são os dados mais atuais.

*(Procede-se à exibição de imagens.)*

Essa imagem mostra as publicações, porque temos o prazo de trinta dias. No encerramento de cada quadrimestre, temos que publicar os relatórios; então aí está a comprovação das publicações.

Em relação à Receita, no primeiro quadrimestre tivemos uma arrecadação bruta superior a 17% em relação ao mesmo período do ano anterior. Então a arrecadação bruta fechou em R\$ 8,936 bilhões, e uma arrecadação líquida, que é a que fica efetivamente para o Estado, de R\$ 6,458 bilhões+. As despesas realizadas no primeiro quadrimestre de 2014 fecharam em R\$ 5 bilhões – tivemos um acréscimo de 17% em relação ao primeiro quadrimestre de 2013 –, o que fechou num resultado orçamentário, que é a diferença entre as receitas e as despesas realizadas, de R\$ 572 milhões.

Em relação às metas da LDO e aos limites que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece, no primeiro quadrimestre de 2014 a meta do resultado primário foi cumprida em 127% – alcançamos um resultado primário de R\$ 633 milhões; e do resultado nominal, que é a meta de diminuição da Dívida Consolidada Líquida, alcançamos um resultado de R\$ 978 milhões. Essa meta avalia a posição da Dívida Consolidada Líquida em relação ao ano anterior. Então tivemos uma redução, no primeiro quadrimestre, de R\$ 978 milhões, quando a meta era de R\$ 34 milhões.

Gastos com Pessoal. São os limites estabelecidos para cada Poder. A gente tem o limite legal no Executivo de 49%, e no primeiro quadrimestre a gente chegou a 46,24%, alcançando o limite de alerta; o Poder Judiciário, com 5,12%, quando o limite legal seria de 6%; o Ministério Público, com 1,60%, quando o limite seria de 2%; e dentro do Poder Legislativo o limite é de 3% divididos entre a Assembleia e o Tribunal de Contas – e aqui um destaque para o Tribunal de Contas, que alcançou o limite prudencial nesse primeiro quadrimestre.

Em relação à Dívida Consolidada Líquida, a gente tem um limite de 200% em relação à Receita Corrente Líquida, que pode ser comprometida com a dívida consolidada. E no primeiro quadrimestre a gente teve 39% de comprometimento da Receita com a Dívida Consolidada Líquida, que na verdade apresenta o estoque da dívida total do Estado.

Garantias e Contragarantias. Nós tivemos um acréscimo do primeiro quadrimestre em relação ao mesmo período do ano anterior...

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Senhores Deputados, em relação ao *slide* anterior – Dívida Consolidada Líquida –, o percentual é de 39% e o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal é de 200%. Hoje nós devemos ser o Estado, em colocação nacional...

**A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM** – É o 14º...

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – O 14º, ou seja, nós temos um nível de endividamento bastante baixo comparado aos demais Estados brasileiros.

**A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM** – *(Continua a exibição de imagens.)*

Em relação às garantias e às contragarantias, há alguns contratos que o Estado entra como garantidor. No caso aqui, nós tivemos um acréscimo maior no primeiro quadrimestre de 2014 devido aos contratos da Casan, porque o Estado firmou compromisso como garantidor dos empréstimos. E nós alcançamos um percentual de 4,65% da Receita Corrente Líquida, quando o limite é de 22%.



Operações de Crédito. No primeiro quadrimestre tivemos R\$ 157 milhões de entrada de operações de crédito do caixa do Estado, o que representou 0,94% da Receita Corrente Líquida, quando o limite é 16%.

Aplicação em Saúde. No primeiro quadrimestre foram aplicados R\$ 543 milhões em saúde, e a meta é em cima de outro conceito, que é Receita Corrente de Impostos, que alcançou R\$ 4,885 bilhões no primeiro quadrimestre. Na proporção, a gente alcançou 11,13% da Receita Líquida de Impostos em aplicação em saúde. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

O mínimo que temos que aplicar é 12%, só que o mínimo tem que ser cumprido até o final do ano. Então nós tentamos aplicar os recursos, tentamos manter o equilíbrio durante o ano para alcançar no final, mas o valor tem que ser alcançado efetivamente no final do ano, no encerramento do exercício. Ele também demonstra uma aplicação superior de 11% em relação ao mesmo período do ano passado.

Educação. A gente tem mais do que o dobro do que é para aplicação em saúde; temos que cumprir 25% da Receita Líquida de impostos e foram investidos R\$ 1,284 bilhões no primeiro quadrimestre de 2014. Um acréscimo de 9,74% a mais do que o mesmo período do ano passado.

Agora vamos apresentar um pouco mais de detalhes dos dados do segundo quadrimestre. Na publicação, também cumpriu o prazo legal – dentro dos trinta dias após o encerramento do quadrimestre.

A Receita bruta alcançou R\$ 18,5 bilhões no segundo quadrimestre de 2014 – um acréscimo de 4,53% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Da Receita Líquida, o que efetivamente o Estado tem para custear a sua Despesa, a gente teve R\$ 13,6 bilhões – um acréscimo de 7,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

Dentro da arrecadação própria, que é a maior parte da nossa receita, o ICMS alcançou R\$ 10 bilhões até o segundo quadrimestre de 2014 – um acréscimo de 12,51% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Dos repasses constitucionais, que são os impostos que a União arrecada e repassa para gente, o FPE teve um acréscimo de 9,88% em relação ao mesmo período do ano anterior. Então, a gente recebeu R\$ 634 milhões este ano, até o segundo quadrimestre. O IPI, a cota-parte do IPI Exportação, R\$ 166 milhões; e a Cide, valor totalmente irrisório, 4 milhões.

Das deduções, a gente apresentou a Receita Bruta e a Receita que fica para o Estado. Dentro das deduções da Receita tem os repasses aos Municípios – são os impostos que nós arrecadamos, ICMS e IPVA, e que somos obrigados a repassar aos Municípios. Até o segundo quadrimestre o total repassado para eles foi de R\$ 3 bilhões – teve um acréscimo de 11,58% em relação ao ano anterior.

Outra parte que é também vinculada a partir do momento que entra a arrecadação, os impostos do Estado, a gente faz o repasse automaticamente para o Fundeb. Então, a gente repassou até o segundo quadrimestre R\$ 1 bilhão 791 milhões; um acréscimo de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior. E as restituições, que são os casos em que o contribuinte fez o recolhimento indevido e entra com processo de restituição, e a gente faz o ressarcimento: deu R\$ 43 milhões.

Isso gerou uma Receita Líquida Tributária para o Estado de R\$ 7 bilhões 965 milhões – um acréscimo de 26% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Da Receita total do Estado, da Receita Líquida para o Estado, o montante ficou em R\$ 13 bilhões e 617 milhões – um acréscimo de 7% em relação ao ano anterior.

A despesa que a gente realizou até o segundo quadrimestre foi de R\$ 13 bilhões, o que gerou um superávit, aproximadamente, de R\$ 600 milhões até o segundo quadrimestre.





Agora vamos destacar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e os limites constitucionais.

Em relação às metas de resultado primário e nominal. Até o segundo quadrimestre de 2014 a gente cumpriu 32% da meta de resultado primário. A meta foi fixada em R\$ 498 milhões e o resultado alcançado foi de R\$ 164 milhões. Aqui a gente faz um destaque em relação a esse valor porque o resultado primário é a diferença entre as Receitas e as Despesas Primárias. E dentro das Despesas, parte dela é custeada com sobras de caixas de anos anteriores; então as Despesas acabam sendo maiores do que as Receitas que foram arrecadadas no ano. Até o segundo quadrimestre, por exemplo, a gente teve R\$ 999 milhões de despesas custeadas com sobras de caixa de anos anteriores. Se essas despesas fossem desconsideradas, a gente teria um resultado primário de R\$ 1 bilhão e 163 milhões. Então, a gente alcançaria a meta.

Outro destaque: Receitas de Operação de Crédito – os empréstimos que a gente pega. Elas não são receitas primárias, então elas acabam saindo da conta; e os investimentos que a gente realiza com esses recursos são despesas primárias. Portanto, a partir do momento em que você pega empréstimo para investimento, a tendência é que o resultado primário seja afetado.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Destacando que essa meta é a meta da Lei de Responsabilidade Fiscal, que deriva do Orçamento feito ano a ano.

Então os orçamentos, como V.Exas. sabem, sempre são conclusos lá pelo mês de - para virar legislação até o final do ano. Aí nesse tempo, e isto é um fato que aconteceu em Santa Catarina, nós capturamos no ano passado, por exemplo, o financiamento de R\$ 2 bilhões pelo Banco do Brasil. Aqui é um ponto bem importante porque daí, quando se tem o Orçamento construído e aprovado naquele ano, quando a gente faz o ajuste, o Programa de Ajuste Fiscal com o Tesouro Nacional, a gente muda as metas; elas ficam distantes, as metas do Orçamento com as metas que são apresentadas no PAF perante à STN, que são aquelas que efetivamente poderiam nos causar alguma punição.

E, se a gente pegar, qual seria o resultado primário destacado no nosso PAF, nós estamos dizendo que vamos ter um resultado negativo de mais de R\$ 1 bilhão. Por quê? Porque nós temos entrada de recursos financiados, que não são Receitas primárias, mas é dinheiro no caixa, e investimento; e quando você faz investimento ela é, para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal, despesa. Então você tem mais despesa e menos receita.

Portanto, quando vamos verificar o nosso posicionamento perante o cenário nacional, de novo – e aí saindo um pouco desta apresentação que tem o foco na Lei da Responsabilidade Fiscal e no nosso Orçamento aprovado por esta Casa –, nós vamos ter uma inversão em que quanto mais negativo for o número mais eficiente é o governo na captura de financiamentos e na realização de investimentos. Isso é interessante. Quanto mais você investir com recurso financiado, mais o número pressiona para o negativo.

Algum tempo atrás um repórter perguntava: não, mas então está ruim? Não, não está ruim. Está ótimo! O número negativo é bom. Por exemplo, o Rio de Janeiro está com R\$ 4 bilhões de resultado negativo. Por quê? Ano de Copa, investimento maciço financiado para estrutura da Copa do Mundo no Rio. Então, isso é ruim ou é bom? É bom. É investimento público realizado, estrutura pública que foi construída com recursos financiados e não com recursos próprios. [*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt*] Essa é a diferença de resultados que às vezes confundem um pouquinho as pessoas; e a imprensa, sobretudo. Mas que os contadores dominam bem. (*Risos.*)

**A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM** – Em relação ao resultado nominal, também só explicando, o número negativo aqui, no caso, é muito bom, porque representa a



diminuição, a meta de diminuição da Dívida Consolidada Líquida. Então foi estabelecida uma meta na LDO de R\$ 35 milhões de redução da Dívida Consolidada Líquida, e até o segundo quadrimestre alcançamos um resultado de R\$ 812 milhões.

Gastos com pessoal de todos os Poderes – a posição do segundo quadrimestre em 2014. O Executivo está no limite prudencial, de 47,2%; o Poder Judiciário está em 4,82%, não alcançou nenhum dos limites; o Ministério Público, 1,63%, também não os alcançou; e o Poder Legislativo, por conta do Tribunal de Contas, porque é um somatório da Assembleia e do Tribunal, está no limite de alerta, sendo que, separadamente, a Assembleia não está em nenhum dos limites e o Tribunal de Contas está no limite prudencial.

Aqui (*aponta para nova tabela*) é a posição do estoque da Dívida Consolidada Líquida. No segundo quadrimestre a Dívida Consolidada Líquida...

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Só para que a gente também tenha uma dimensão responsável desses números, a Lei de Responsabilidade Fiscal limitou o gasto de pessoal da Assembleia e do Tribunal em 3%, divididos por uma média feita no ano de 2000. É isso?

**A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM** – Nos três anos anteriores – 1997, 1998 e 1999.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Nos três anos anteriores a 2000, que na época significava 2.2% para a Assembleia e 0.80% para o Tribunal de Contas. Se você pegar uma média dos demais Estados brasileiros de como isso funciona, isso aqui não fica igual, cada Estado tem uma média diferente; ou seja, em alguns Estados o Tribunal de Contas tem uma média maior, chega a 1%, 1.2%, e a Assembleia acaba tendo uma média menor de limite de gastos.

Então este é um ponto de atenção que a gente talvez tenha que discutir: a redistribuição dos 3% entre as duas Casas. Porque não significa que uma está bem ou mal gerida, significa que uma está chegando muito facilmente ao limite e a outra não, que é o caso da Assembleia Legislativa, que está com grande folga, e o Tribunal de Contas, que está com aperto. Talvez a gente precise fazer um ajuste administrativo aqui – não precisa de lei, é uma questão de ajuste entre as Casas para a distribuição dos 3% fixados na Lei.

**A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM** – Então, a Dívida Consolidada Líquida é o estoque de todos os contratos, principalmente de empréstimos que o Estado tem. No segundo quadrimestre, a gente fechou em R\$ 16 bilhões o total da Dívida Consolidada. E a Dívida Consolidada Líquida, que já é deduzida principalmente do dinheiro que a gente tem em caixa, da disponibilidade financeira, fechou em R\$ 6,7 bilhões; representou um percentual de 39% da nossa Receita Corrente Líquida, quando o limite é 200%.

A gente destaca também os pagamentos da dívida pública, que até o segundo quadrimestre deste ano foram R\$ 880 milhões, tendo uma redução em relação ao ano anterior porque no ano passado a gente teve a renegociação da dívida da Celesc – com recursos do BNDS. Então, no próximo *slide*, a gente tirou essa renegociação da dívida, e se fosse desconsiderado no ano passado a gente teria o desembolso de R\$ 828 milhões e neste ano de R\$ 880 milhões.

Aqui (*aponta para nova tabela*) a gente apresentou também, de forma detalhada, todos os contratos de empréstimos que o Estado tem. O maior passivo do Estado é a Lei 9.496, de 1997, com a União; o BNDS, o Programa Acelera Santa Catarina, que entrou no segundo quadrimestre do ano passado principalmente para fazer frente a esta renegociação da dívida da Celesc, desse R\$ 1,392 bilhão que entrou R\$ 979 foram para quitar essa dívida da Celesc. Na verdade, a posição no segundo quadrimestre é o saldo atualizado no estoque da dívida. Outras operações



importantes que tivemos foram o Caminho de Desenvolvimento e o Caminhos da Produção Estratégica e Prevenção de Desastres, além do Pacto, que entrou R\$ 90 milhões no segundo quadrimestre de 2014.

Temos aqui (*aponta para gráfico*) uma apresentação, de forma gráfica, dos principais contratos de empréstimos do Estado. A Lei 9.496 é disparada a dívida mais alta que o Estado tem.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – É nesta dívida que nós tivemos aquela grande vitória nacional que foi a mudança dos indexadores dessa dívida, que no estoque final reduz, com o novo indexador, em mais de R\$ 5 bilhões, R\$ 5.7 bilhões a redução que o Estado vai ter no conjunto da sua dívida projetada para 2028, que é o final desse prazo.

Agora o governo federal está dizendo que vai regulamentar por decreto – vai ter reunião do Confaz sexta-feira em que vai ser discutido isso. Nós teríamos já, nos termos da lei que foi aprovada, algo em torno de R\$ 250 milhões para compensar, para abater da dívida futura, porque a legislação, a mudança dos indexadores nos beneficia já a partir de janeiro do ano passado. Como os Estado poderão usar isso? Não são todos que têm esse direito, alguns; no nosso caso, nós temos esse direito. Vai ser uma negociação que será feita nos próximos dias, ou meses, com o governo federal.

**A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM** – Também quero apresentar a situação do Estado perante os demais Estados da Federação. Como o Secretário já destacou, nós ocupamos a 14ª posição em relação aos Estados mais endividados.

Garantias e Contragarantias. Eu já tinha destacado que este acréscimo que teve no segundo quadrimestre, comparado ao quadrimestre anterior, foi em relação aos contratos da Casan.

Operações de Crédito. Até o segundo quadrimestre a gente teve R\$ 832 milhões de recursos de operações de crédito, sujeitas ao limite de 16% da LRF, que entraram no caixa. Principalmente foram R\$ 570 milhões do Programa Acelera Santa Catarina.

Aplicação em Saúde. A gente já investiu, aplicou em saúde R\$ 1,21 bilhão até o segundo quadrimestre. Então, comparado à Receita Líquida de impostos que a gente teve nesse período, a gente já cumpriu 12,41%; portanto, a gente estaria cumprindo o limite constitucional de 12%. Em relação aos recursos aplicados, a gente teve um acréscimo de 18% em relação ao ano anterior.

Na educação, que a gente tem que aplicar 25% da Receita Líquida de impostos, a gente já aplicou no segundo quadrimestre 28,27%, o que chegou a uma aplicação total de R\$ 2,755 bilhões – 11% a mais do que o mesmo período do ano anterior.

Aqui eu vou deixar um gancho para o nosso Secretário apresentar a situação da Previdência do Estado.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Acho que, complementarmente à apresentação feita pela Graziela, nós precisamos prestar atenção a dois grandes assuntos, que é a folha de pagamento e a Previdência de Santa Catarina. Então vou apresentar rapidamente algumas informações que acho devem chamar atenção da Assembleia, para que no futuro tenhamos uma pauta permanente e uma atenção permanente a respeito desses dois assuntos. [*Taquógrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*] [*Revisão final: Denise V. Silva*] O primeiro deles diz respeito à folha e eu queria mostrar esse gráfico para vocês (*aponta para a imagem*). Ele mostra os últimos doze anos do comportamento da folha de Santa Catarina com relação à Receita Corrente Líquida.



Então, se vocês observarem ali (*aponta para a imagem*), ao longo dessa história toda nós já tivemos altos e baixos. Nós já tivemos momentos em que chegamos a ultrapassar o limite máximo, o limite legal, lá atrás; depois, tivemos um momento em 2007, 2008, em que a gente conseguiu trazer a folha num limite significativamente baixo, 37% mais ou menos - dois anos, três anos, mais ou menos, nessa média -, e a partir de 2010 nós tivemos um salto bastante significativo de quase 10% da Receita Corrente Líquida, o que, em números de hoje, são mais de 2 bilhões entre ter isso em caixa ou ter isso na folha.

Isso reflete o momento da história do Estado - e V.Exas. conhecem bem isso porque as legislações passam por aqui, são aprovadas por esta Casa -, um momento de valorização do servidor público catarinense. E sem distinção entre aposentados e ativos, ou seja, guardando respeito às paridades, aos direitos que são constitucionais, enfim. Mas isso é um ponto que preocupa bastante o Executivo, porque por mais que a arrecadação tenha batido recordes e nós tenhamos sido líderes nacionais em destaque de crescimento de arrecadação, a folha está se mantendo, nos últimos dois anos, lá em cima, nos 46%, 47%. Ela vai baixar de novo até mais ou menos agosto próximo, quando vai entrar de novo uma nova parcela da política de subsídio da segurança pública, e ela volta a subir até o final deste ano. No próximo ano, 2016, nós vamos ter alguns significativos impactos, também de legislações que já estão aprovadas, que se encerram lá em agosto de 2016.

Então nós vamos ter os próximos dois anos com a folha flutuando, mais ou menos, e sempre dependendo da boa arrecadação, ali nos 47%, 46%, 45%, o que é uma folha cara, uma folha alta, porque ela não te dá nenhuma margem de manobra, de segurança. Por exemplo, se a arrecadação despencasse, se nós tivéssemos uma despesa no Estado? Essa é uma despesa corrente fixa, ela não tem como ser reduzida por decreto, por legislação. E mais, é uma despesa que continua crescendo, independente da ação do governo e desta Casa.

É por isso que eu costumo chamar a atenção dos sindicatos: a gente sempre tem que ter, ao lado das pretensões legítimas de aumentos salariais, o olhar para esses números porque esses são os limites. Isso significa ter ou não capacidade de honrar com as nossas obrigações, sobretudo com aquela que é a maior de todas: a folha de pagamento. No dia 28 passado, sexta-feira, Deputados, nós pagamos R\$ 780 milhões de folha de pagamento em Santa Catarina, na semana passada. Dia 15 próximo, o Governador acabou de anunciar hoje pela manhã, nós vamos pagar o 13º - serão mais R\$ 400 milhões, que é a segunda parcela -; e dia 23 próximo, ou seja, em pouco mais de vinte dias, nós vamos pagar mais R\$ 780 milhões, quase R\$ 800 milhões de folha de pagamento. Então, em menos de 30 dias são R\$ 2 bilhões de recursos do Tesouro, por direito dos nossos servidores catarinenses, dos nossos aposentados, enfim, alocados em seu favor - e mantendo um histórico bastante favorável de Santa Catarina, que é a regularidade no pagamento e, mais, a antecipação das datas, que são lá no final do mês e a gente está conseguindo, ao longo de vários anos, trazer isso para antes do Natal, antes das festas. Mostra a capacidade do Estado de honrar com as suas obrigações, mas o ponto de atenção é o limite prudencial.

Neste próximo *slide*, - talvez esse seja um dos gráficos que mais me preocupa como Secretário da Fazenda, e eu o compartilho com os Deputados - é o da nossa estrutura previdenciária. Se os Deputados observarem, a gente fez um gráfico aqui de 2006 até 2013 - também tem uma parcial de 2014, mas vamos pegar esse período -, se nós observarmos que o Pacto por Santa Catarina é um conjunto de recursos oriundos de financiamentos e de capacidade própria de geração de caixa para investimentos no volume aproximado de R\$ 9 bilhões, e se nós pegarmos a despesa previdenciária de 2006 até 2013, descontarmos ela da arrecadação do sistema que está na linha de baixo, nós temos um novo Pacto, que está no meio ali, que são R\$ 9





bilhões, que foram alocados pelo Tesouro na conta Insuficiência Financeira do Sistema Previdenciário.

A insuficiência financeira de 2013, por exemplo, o custo total previdenciário foi de R\$ 3,6 bilhões em 2013, e a arrecadação do sistema foi de 1,4. Então, a diferença entre um e outro, que está ali no ano 2013, foi de R\$ 2,2 bilhões. Esse é um ponto de muito destaque, de muita preocupação. E essa, de novo, é uma despesa corrente permanente e crescente. Se a gente não fizer nada, se os Estados não fizerem nada, se V.Exas. aqui não fizerem nada, não aprovarem nenhuma legislação, ainda assim a folha continua crescendo, porque nós temos, dentro da estrutura de legislação do Estado, inúmeros direitos que foram criados há muito tempo e que até, a meu juízo, são incompatíveis com a realidade não só do Estado, mas com a realidade hodierna de relação de trabalho - são aqueles direitos em que o tempo passa e você agrega um percentual, ou licenças, e assim por diante.

Eles não existem mais nos regimes atuais de relacionamento jurídico servidor público e Estado, isso está mudando. O governo federal já fez alguns deveres de casa, alguns Estados maiores, como Minas, São Paulo, enfim, pressionados por uma realidade financeira, também já fizeram algumas alterações, e eu acho que nós temos que começar a debater, com bastante tranquilidade, transparência e responsabilidade, com os nossos servidores, com a nossa sociedade, alguns ajustes. Porque eles não vão afetar esse governo que começa amanhã e termina daqui a quatro anos, eles vão afetar a história de Santa Catarina ao longo do seu tempo, o que daqui a um pouquinho pode levar à incapacidade de o Estado honrar com as maiores obrigações, que são folha e previdência.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG** – Só um esclarecimento. Nós aprovamos uma legislação não tão recente, mas recente se considerarmos essa questão previdenciária, de um novo regime para os servidores que entraram a partir de 2008. Isso tem o objetivo claro de equacionar esse problema aí. É claro que isso agora ainda está numa curva ascendente, mas vai chegar o momento em que vai ter uma curva descendente.

A minha pergunta é: em que tempo isso vai começar a ocorrer? Por quanto tempo ainda nós vamos ter que suportar essa curva ascendente de gastos?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos)** – Secretário, eu só quero aproveitar a oportunidade para registrar e agradecer a presença do Deputado Estadual José Milton Scheffer, que representa, nesta Comissão, neste momento, oficialmente, o Deputado Estadual Valmir Comin, que está cumprindo outra agenda.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – O.k.

É uma boa pergunta, Deputado. A sua pergunta se responde neste gráfico aqui (*mostra o slide intitulado “Projeções de receitas e despesas previdenciárias [Fundo Financeiro]”*). Este gráfico aqui, esta foto feia, é uma imagem que mostra a absoluta incompatibilidade entre as despesas previdenciárias que eu mostrei há pouco e as receitas que estão lá embaixo. A linha vermelha é a despesa, então há uma distância gigante entre o que se arrecada e o que se investe em previdência – e, se a gente for verificar, o ápice dele vai chegar, mais ou menos, em 2034. Mas serão estratosféricas as diferenças entre a arrecadação e a arrecadação e as obrigações e as despesas. Como o Estado vai bancar isso no futuro? [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato*]

Bom, a gente tem que olhar o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, por exemplo, que já está com R\$ 10 bilhões de insuficiência financeira por ano. Então, não sobra muito recurso, muita margem de manobra para atender a sociedade no que ela também reclama. E aí se coloca de um lado os servidores públicos com os seus direitos, e de outro lado a sociedade



exigindo as utilidades sociais, os serviços, que às vezes não guardam o padrão de eficiência, de resposta, de rapidez que a população espera. E aí há um conflito.

Agora, quando o Deputado fala do que fizemos em 2008, fizemos em conjunto, esta Casa fez, os senhores Deputados que aqui se encontram fizeram, nós fizemos, o Executivo, os servidores, os sindicatos, os poderes todos reunidos fizeram esse novo modelo aqui, e as imagens se justificam por si só.

A linha vermelha (*aponta para a imagem*) está neste momento até 2037 abaixo da linha azul, ou seja, as Receitas hoje com mais ou menos dez, onze mil servidores nesse novo regime. Nós temos aqui (*aponta para a imagem*) a linha de Receita acima da linha de despesa até 2032, 2037, por ali.

Olhem que coisa interessante, a linha amarela (*aponta para a imagem*) é a poupança que já está sendo gerada nesse novo sistema. Então, se vocês pegarem aqui, se a gente for verificar o cruzamento lá em 2034, 2037, por aqui (*aponta para a imagem*), em que a despesa passa a ser maior do que a Receita, nós temos aquela linha amarela que é a poupança, que projeta o cruzamento entre as linhas lá em 2052. Ou seja, só lá em 2052, a números de agora, nós teríamos que colocar um centavo do Tesouro de Santa Catarina no sistema. O que mostra que foi uma grande ideia, um dever de casa muito bem feito e que será a salvação de Santa Catarina no futuro.

Por outro lado, é também importante notar que na medida em que vai ingressando novos servidores nesse regime, o cruzamento dessas linhas vão sendo jogados para frente. Então, foi uma coisa bem feita, boa parabéns a todos os Deputados, a todos os servidores que na época discutiram – vocês estão lembrados, não é? Foram dezenove audiências públicas, foi cansativo, foi duro, mas foi uma vitória de todos nós.

O problema é esse outro sistema. Como não teve poupança ao longo do tempo, não tem o que fazer. De onde sai o recurso para cobrir a insuficiência financeira? Do caixa do Tesouro. Na medida em que a insuficiência cresce, nós temos uma pressão sobre o caixa que está representada nos percentuais lá em cima (*aponta para a imagem*). Se V.Exas. observarem o percentual é crescente. Nós estamos em 2013 com 19,5% de comprometimento dos recursos do Tesouro com a insuficiência previdenciária. Então, isso significa na prática que a cada ano cresce a dependência do sistema previdenciário do Tesouro de Santa Catarina. Repito, se nós tivéssemos uma crise econômica forte que abalasse significativamente a economia brasileira e, portanto, a catarinense, nós talvez tivéssemos dificuldade de honrar os pagamentos.

Agora, uma comparação que deve chamar a atenção de todos nós - nunca no sentido negativo do exemplo que a gente dá, mas sim da importância que o assunto tem para que a gente possa debatê-lo no futuro - é pegar a projeção do déficit financeiro deste ano, que é R\$ 12,5 bilhões, e comparar com a execução orçamentária de educação, saúde e segurança.

Aqui (*aponta para a imagem*) a comparação está com 2013. Então, ao invés de R\$ 12,5 bilhões vamos pegar R\$ 2,2 bilhões de insuficiência do ano passado, para ficar uma comparação igual, e comparar com a execução de educação. Nós investimos R\$ 2,8 bilhões em educação no ano passado contra R\$ 2,2 bilhões de insuficiência financeira de previdência. A saúde foi R\$ 2,7 bilhões e a segurança pública foi R\$ 2,2 bilhões. O que nós estamos dizendo na prática? Nós estamos investindo quase a mesma coisa em insuficiência financeira de previdência do que a gente investe na totalidade de recursos em segurança ou em educação.

Quantas pessoas estão aqui nesses R\$ 2,2 bilhões de insuficiência? Algo em torno de sessenta mil pessoas. Ou seja, o sistema previdenciário, voltado para um grupo de servidores que tem direito, repito, isso não é favor, eles têm os seus direitos assegurados por legislações, por



Constituição, mas a realidade entre a previdência e a sustentabilidade daquele sistema velho e a disponibilidade de caixa está cada dia mais difícil.

Então, Deputado Darci e Presidente, para encerrar rapidamente a nossa fala, imaginem a situação dos próximos anos com os recursos limitados para saúde, educação e segurança. Por exemplo, o debate permanente da exclusão dos inativos dos gastos com a educação. A gente vem tentando fazer isso todos os anos, mas na medida em que a gente tem gatilhos que disparam a folha com pisos nacionais nós não podemos virar as costas para um fato.

No entanto, o ano que vem nós vamos ter um crescimento de folha de educação de algo em torno, no mínimo, de R\$ 300 milhões. De novo, repito, é um direito fixado em lei, tem que ser cumprido. Só que isso se estende também aos inativos por regra de paridade. Então, de novo, aumenta a folha de ativos, aumenta a folha de inativos, e também é fato que a arrecadação e a despesa não crescem na mesma dimensão. A arrecadação cresce num período de 2006 até 2013 numa média de 13,3% contra uma despesa de 13,8%. Então, está descompassado, as curvas não se fecham. Cada vez, cada dia, cada ano a situação fica mais delicada.

Então, esses são os dois pontos que a gente precisa com muita inteligência e responsabilidade e com muito jeito debater com a sociedade nos próximos anos. Repito, sem preconceito, a sociedade catarinense está ficando mais velha, menos jovem, isso é bom, as matérias nacionais das últimas semanas mostram a qualidade de vida sendo ampliada em Santa Catarina, as expectativas de vida crescendo a cada ano. Já estamos batendo 80 anos de expectativa média de vida, o que é um número fantástico.

Então, são dois assuntos realmente de interesse que imagino que sejam desta Casa, do Executivo, para que a gente possa amadurecer logo à frente.

Nesta semana ainda ou na próxima semana, o Governador vai assinar um ofício convidando todos os Poderes de Santa Catarina, o Ministério Público e o Tribunal de Contas para participarem de novo na formação de um grupo para, junto com servidores, sindicatos e parlamentares, discutirmos esses assuntos previdenciários. Temos uma fórmula sobre o que fazer? Não, não temos. Temos que discutir, achar, olhar o que já foi feito em alguns outros lugares, discutir quais são as saídas, e de forma madura e responsável enfrentar esse problema de novo, como fizemos em 2007 e 2008, quando fizemos uma bela fotografia.

Então, vamos novamente fazer esse exercício que eu acho que vai fazer bem para as finanças do Estado. Mas mais do que para as finanças, para a sociedade catarinense que precisa sempre ser, em última análise, bem atendida pelo esforço de todos nós.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos)** – Nós deixamos a palavra aberta aos Deputados.

Neste momento, passo a palavra à Deputada Luciane Carminatti.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** – Eu quero cumprimentá-los, Secretário e também a nossa apresentadora, Presidente, todos os Deputados e os que acompanham esta reunião. [*Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza*]

A primeira dúvida é com relação à Udesc. Qual o percentual aplicado no segundo quadrimestre de 2014? Em segundo lugar, tanto o Fundeb, ou melhor dizendo a educação, quanto a saúde, nós tivemos um aumento de investimentos, mas uma redução de percentual. É isso?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Não.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** - Se comparado com o quadrimestre anterior?



**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) –**

Quando a gente fala de recurso próprio, a gente sempre vai ter, por força da folha de pagamento lá em cima, nos 47%, nós vamos ter sempre uma alocação de recurso maior em serviço, maior em estrutura de pessoas, em salários, e menor em investimentos.

Os investimentos momentaneamente estão sendo cobertos e são maiores do que foram na média histórica por conta do Pacto e dos recursos financiados. O que, repito, no momento de Brasil com a economia bastante letárgica é bom porque você ajuda a fazer o País andar para frente. Então, o Pacto é uma boa resposta para a economia de Santa Catarina.

Nós temos, portanto, quando olhamos o número de recursos próprios, a gente tem mais alocação em recursos humanos e menos em investimento; mas quando olhamos o conjunto de investimentos do Estado, temos mais investimentos do que sempre tivemos e valorização profissional dos servidores. Então, os números são positivos, são bons.

A pergunta da Deputada, se eu compreendi...

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** - Em relação à Udesc, constitucionalmente foi aplicado...

**A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM** – A Udesc recebe uma parte da nossa arrecadação, que é a participação na Receita Líquida Disponível, e os recursos que ela aplica são considerados dentro do limite de 25%. Então, esse limite que a gente está apresentando aqui engloba toda aplicação em educação, tanto efetuado pela Secretaria da Educação, nas estruturas...

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** - A Udesc está nesse percentual?

**A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM** – Está aqui.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) –**

Mas é por duodécimo. Ela tem o percentual dela, na medida em que é apurada mensalmente a Receita Corrente Líquida, ela recebe com o crescimento da arrecadação os seus recursos que são do seu direito. Eles são geridos diretamente pela universidade.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** – O.k.

Em relação a essa questão previdenciária, que é uma preocupação, não é? Dois mil e trinta e quatro, é isso?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) –**

No Fundo Previdenciário, no novo fundo. O fundo que nós criamos em 2008?

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** – Em 2008. Mas a

minha pergunta é: se nós já temos o Tribunal de Contas, que já ultrapassou, já está em 0,77, não é? O Ministério Público, o Poder Judiciário, a Assembleia, dentro dessa discussão, é possível - claro que é uma pergunta bastante complexa, talvez não seja possível respondê-la - mas qual é a medida possível na redução desses percentuais para ajudar a resolver a questão previdenciária?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) –**

Os Deputados conhecem bem que os Poderes têm autonomia constitucionais e têm percentuais constitucionais fixados por legislações desta Casa.

Alguns Estados têm encontrado algumas saídas bem interessantes, vou dar um exemplo: Nós projetamos um crescimento da arrecadação para 2014, e V. Exas. aprovaram no ano passado, no Orçamento, um crescimento de 9,7%, se não me engano, da arrecadação tributária catarinense. Nós estamos batendo hoje, vamos bater até dezembro, algo em torno de 12% ou 13%. Vamos ver como é que vai ficar dezembro. Ou seja, nós estamos arrecadando mais do que nos propusemos no Orçamento.





Então, eu fico imaginando que na medida em que esta Casa e os demais Poderes trabalharam com o orçamento ajustado, essa sobra entre o orçamento e a efetiva arrecadação - a gente não está falando em mexer no percentual de ninguém - essa sobra de arrecadação, ou melhor, essa arrecadação a maior do que a prevista no Orçamento, poderia ficar disponível para o Executivo cumprir suas obrigações que cada um dos órgãos, cada um dos entes estatais têm a sua competência, mas as maiores são do Executivo e as maiores carências são do Executivo.

Portanto, a gente poderia alocar sobras em previdência, que daí ajudaria todos nós a resolver um pouco desses problemas, mas é uma matéria delicada por conta da autonomia. Não tem como o Executivo pretender reduzir o recurso de algum outro ente já que cada um deles também têm o seu planejamento

Por isso que eu usei o exemplo do Orçamento. Se a gente faz o Orçamento e aprova em lei todo o ano, e se por um esforço gigantesco – e aqui é bom destacar – um esforço gigantesco de arrecadação, num ano de eleição, o que não é comum, Deputado, a Fazenda vai bater dezembro com mais de 100 operações fiscais, operações massivas. Num ano de eleição, em que normalmente as pessoas criticam as operações, o Estado não tirou o pé do acelerador em cima das operações fiscais. Para comparar, este ano foram mais de 100 e no ano passado foram 77; no ano de 2012, 30 e poucos. Então, o Estado vem combatendo junto com o Ministério Público, com a Procuradoria-Geral do Estado de forma muito efetiva a sonegação.

Hoje, nós estamos com um nível bem bacana que é 96% de adimplemento. Isso significa que está funcionando o sistema de monitoramento, o sistema de combate à sonegação, está funcionando bem. A gente está com apenas 4% de inadimplemento. É o melhor índice que a gente já atingiu na história. Então isso significa que a gente está conseguindo pagar as nossas contas com base nesse esforço todo.

De outro lado, a própria economia catarinense, diferente da brasileira, tem se destacado. E o conjunto dessas duas iniciativas, dessas duas ações, nos dão esse resultado que são acima do orçado.

O orçamento que veio para esta Casa, neste ano - valendo para o ano que vem - também a gente pôs uma média de 9,5% para 10% do crescimento da arrecadação, fixamos como meta e depois criamos a supermeta em cima dela, que é para chegar a 16%, e imaginamos que no ano que vem teremos uma sobra, uma arrecadação maior do que o orçado.

Então, notem, nós não desajustaríamos ninguém, não entraríamos na casa de ninguém e diríamos que teriam que reduzir o planejamento, não! O planejamento está feito com base no Orçamento, então seria uma ideia a ser discutida.

Agora, é obvio, Deputada, é complicado, não é fácil.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** - Uma última pergunta, justamente sobre essa questão da Receita prevista para 2015, considerando folha, pagamentos, previdência, nós temos uma margem de investimentos de 6% a 7%?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Neste ano, Deputada, nós vamos chegar a R\$ 2,5 bilhões de investimentos. Vai ser o maior investimento disparado da história de Santa Catarina, em um ano. E no ano que vem, de novo, fruto de recursos financiados, esse volume vai ser superior ao realizado neste ano. Então os indicadores percentuais vão ser sempre superiores nos próximos anos, com referência aos passados.

O que é uma coisa muito boa, não é? Nesse momento em que a economia fica sofrendo efeitos externos e outros efeitos, os Estados que conseguirem realizar investimentos dispararam e aquecem a economia local. E isso gira a máquina, faz a arrecadação pública, e a gente passa por um momento mais difícil sem grandes turbulências.



**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** – Então, este ano 2,5 e ano que vem maior? Mas considerando os financiamentos todos. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*]

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC)** – Só para comparar, Deputada, no ano passado, nós tivemos R\$ 1,1 bilhão de investimentos para R\$ 2,5 bilhões agora. Então, mais do que o dobro de investimentos. E, no próximo ano, vamos ter algo em torno de R\$ 3,5 bilhões de investimentos. É uma demonstração muito boa do aceleração do Pacto por Santa Catarina que vai, repito, incentivar os empresários catarinenses a também investirem. Acho que uma das coisas boas do Estado de Santa Catarina, diferente dos demais Estados brasileiros, é que aqui a gente consegue, juntamente com as entidades empresariais, mostrar que o Estado não precisa ficar preocupado com crise, porque se todo mundo resolver parar, a coisa para de verdade. Então, os empresários estão respondendo, os níveis de investimentos privados são bem elevados e superiores à média nacional. Isso significa que a economia do Estado acaba tendo um crescimento superior à média nacional, e aliados aos esforços fiscais, a gente acaba tendo um Estado com capacidade de gerenciamento próprio, com finanças próprias, com arrecadação própria, melhores do que os demais Estados brasileiros.

Se vocês lembrarem da apresentação que a Graziela fez, o ICMS significa 78% da arrecadação própria. A gente tem praticamente 92% de arrecadação própria com os demais tributos. Isso significa uma independência muito grande do governo federal em termos de financiamento das nossas despesas. Em outros Estados do Brasil, os limites são exatamente o contrário: 90% de dependência do governo federal. É por isso que quando se discute lá no Confaz, em reuniões nacionais, a distribuição, a repartição de recursos, os Estados mais dependentes, mais pobres do País acabam se agarrando com toda a força sobre essas receitas, e nós não conseguimos nunca avançar sobre elas, em que pese todos nós catarinenses achemos que temos mais direitos do que são realizados. Mas essa é uma briga de necessidades. Também não dá para virar as costas para Estados que são bem calamitosos, com finanças bastante dependentes e que são brasileiros como nós. É preciso que respeitar a distribuição dos recursos públicos conforme a necessidade de cada região.

Permitam-me por um segundo falar a respeito. Eu fiz uma apresentação no Confaz há uns dois ou três meses e lá eu lançava um desafio aos colegas da Secretaria de Estado da Fazenda sobre empreendedorismo, sobre a capacidade se virar na crise, enfim, característica muito presente aqui em Santa Catarina, e um Secretário de Estado da Fazenda lá do norte virou para mim e disse: “Secretário, a vocação do povo no meu Estado é ser pobre, não é ser empreendedor.” Então, para caracterizar bem a diferença da nossa realidade catarinense com a realidade daquele Estado – não vou dar o nome dele -, a nossa vocação aqui é ser empreendedor, o nosso povo se vira, o nosso povo trabalha; não é melhor, mas as oportunidades é que são melhores, o nível de educação aqui é melhor; portanto, o nível de desempenho é melhor. Nesse conjunto, o Estado tem que ajudar a financiar aquela realidade. Então, por mais que a gente deseje invadir mais aquelas Receitas que são compartilhadas entre Estados, também tem que respeitar essas realidades de necessidades.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos)** – Com a palavra o Deputado Estadual Antônio Aguiar.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO AGUIAR** – Eu gostaria de saudar o Presidente e demais Deputados.

Quero parabenizar o Secretário Gavazzoni pela sua competência, pelo seu trabalho, fazendo com que o Estado de Santa Catarina, em termos de finanças, esteja apto, não só a investir mais - como o senhor aqui citou que teremos dois anos de grandes investimentos aqui no



Estado. Isso mostra uma visão de futuro e dentro da visão de futuro explanada por V.S<sup>a</sup>, nós temos R\$ 5 bilhões de diminuição das nossas dívidas. Isso nos deixa cada vez mais esperançosos para termos, sim, dias melhores para o Estado de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos)** – Com a palavra Deputado Estadual José Milton Scheffer.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER** – (*Cumprimenta o senhor Presidente e demais componentes da mesa.*) Cumprimento especialmente o senhor Secretário Antônio Gavazzoni e sua equipe pela forma como vem cuidando das finanças do Estado.

Nós sabemos que é uma situação bastante delicada. O Brasil vive um momento de reflexão, principalmente com a Lei de Responsabilidade Fiscal e hoje, aqui, vocês trazem um bom exemplo. Orgulha-nos enquanto catarinense e Deputado Estadual saber que o governo do Estado está cumprindo uma legislação que para mim, como ex-Prefeito, é referência em termos de administração pública, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu o cumprimento por isso, pois tenho acompanhado o esforço de toda a sua equipe no sentido da arrecadação. A gente vê a arrecadação crescer acima de 10% ao ano e é isso que tem mantido. Ao mesmo tempo, nos preocupa o crescimento da folha de pagamento a 47%, pois é um compromisso bastante alto e num momento em que a economia possa ter algum problema podemos passar a ter problemas aqui no Estado.

Outra questão na área de pessoal que nos preocupa muito são instituições como o Deinfra e a Secretaria de Estado da Agricultura que estão com seus quadros de pessoal praticamente inexistentes. Isso nos preocupa frente a outras Secretarias que tiveram, nos últimos quatro anos, uma política de recursos humanos bastante agressiva e positiva em termos de valorização. A Secretaria de Estado da Agricultura chega ao ponto de ter hoje menos de dez funcionários efetivos naquele quadro. E é um setor que dita a política agrícola do Estado, que é responsável por boa parte da arrecadação que nós vimos aqui do Agronegócio, da pesquisa agropecuária e outros.

Então, eu queria lhe passar essa preocupação, da mesma forma com o Deinfra que tem dificuldade hoje de manutenção de rodovias, de acompanhamento de obras. Nós temos aqui, na própria Capital, a questão da Ponte Hercílio Luz, que é fruto da falta de estrutura do Deinfra de acompanhá-la como tantas outras por falta de uma política de recursos humanos nesses órgãos que, ao longo dos anos, tem deixado o Estado refém de empresas terceirizadas, contratadas, que nem sempre prestam serviços de qualidade.

No mais, nós temos visto o Estado na área da segurança, da educação, cumprir, fazer um grande esforço no sentido de valorização dos funcionários. Eu quero aqui apenas lhe cumprimentar por isso e dizer da nossa preocupação com a questão da Previdência.

Eu acompanho a situação do Estado do Rio Grande do Sul que se encontra com grandes dificuldades nos últimos dez anos em função do quadro de pessoal. E nós não conseguimos mexer na nossa legislação. Vimos ainda os pensionistas e uma série de agregados nas folhas que hoje não condizem mais com a realidade do País. Então, realmente, é preciso ter uma força-tarefa e um estudo muito grande. Eu acho que essa mudança feita na questão do fundo previdenciário foi positiva, mas dá para crescer mais até porque ali na frente podemos ter um embate muito grande que pode prejudicar o Estado.

Eu só tenho uma pergunta: com as receitas próprias...

Antes eu quero lhe cumprimentar pelo bom exemplo de Santa Catarina na questão do cumprimento da Lei de Responsabilidade. [*Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini*]



Na questão de investimentos com recursos próprios, o que nós vamos ter em 2015? Das Receitas Correntes próprias do Estado, o que será possível fazer investimentos?

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) -**

Com recursos próprios, eu imagino que em torno de R\$ 1 bilhão, que é a média histórica que temos conseguido manter com capacidade própria – R\$ 800 milhões, R\$ 900 milhões -, vem crescendo. Mas a grande alavancagem de investimento, neste momento, é financiada, sobretudo quando se tem o percentual da folha lá em cima que, eu repito, vai cair. Ele vai se reduzir ao longo dos próximos anos.

O objetivo do governo, que já quero deixar claro para os Deputados, é ao longo dos próximos quatro anos trazer à folha algo em torno de 40%. Eu reputo a folha em 40% relativamente boa para o servidor público, mantendo sempre um padrão de valorização, e ao mesmo tempo numa margem de absoluta segurança, dando um pouquinho mais de disposição de recursos próprios para investimento, que é o que a sociedade sempre reclama.

Agora os Deputados também vão lembrar bem do momento que a gente vive - aqui estamos na presença de servidores públicos, de colegas e o nosso relacionamento é sempre muito urbano, muito correto, muito adequado entre todos, sindicatos, enfim -, mas há uma pressão permanente por aumento salarial. Você nem acaba de conceder um e já tem reuniões. Amanhã eu já tenho reunião com os sindicatos de um dos sistemas mais delicados de Santa Catarina, que é o penitenciário. Para discutir salário? Não, para discutir a política salarial deles que já vem sendo discutida há dois anos. E se você perder o foco da conversa daqui a pouquinho vira greve e aí você resolve a greve da forma tradicional: sendo irresponsável. É por isso que a gente precisa chamar a atenção de todos. Quando os números se apresentam desse modo, todos têm que ter um pouquinho de serenidade.

Nós conhecemos as lutas dos últimos anos. A gente sempre diz que são lutas legítimas, mas que colocam as finanças do Estado, dos Estados brasileiros, dos Municípios em situação delicadas. Você resolve a greve concedendo aumentos que, às vezes, você não consegue pagar. Isso acontece muito nos Municípios. Se pararmos para lembrar, neste ano corrente, nos dez grandes Municípios de Santa Catarina todos tiveram greves bastante pesadas. Então, até que ponto a sociedade está madura o suficiente para perceber que ela precisa participar do debate a respeito de uma greve que, às vezes, pode levar o próprio ente a não conseguir lhe responder com os serviços que a sociedade espera. E, aí, depois, não adianta reclamar, depois que foi concedido, repito, a arrecadação pública – essa é uma lição que qualquer agente político precisa ter em mente - é uma só, a arrecadação pública é cíclica. Ela está em cima, ela está em baixo; ora ela é boa ora ela é ruim, porque ela depende de fatores que são externos, que é a economia, são outros países, é o mercado e tal.

As despesas correntes, não! Elas são crescentes e permanentes, é sempre acima. E estou falando de salário, de previdência que são despesas elevadas e que são sempre crescentes. Elas não são cíclicas. Então, se você tem um modelo de financiamento que é cíclico que pode estar em baixa, e um modelo de despesa corrente que é crescente e permanente, um dia, se não tivermos uma margem de segurança que se persegue (o Estado é responsável, está em situação melhor do que os demais, a gente vive um momento em que os próximos anos deverão ser melhores em termos econômicos e, portanto), vamos colher isso. Quanto mais nos destacarmos economicamente mais reduziremos - por mais alta que seja a despesa -, a importância delas dentro da nossa arrecadação. A gente consegue trazer para limites melhores. E esses limites melhores são a grande segurança adimplementos.

No ano que vem, eu sei que quando forem julgadas as contas do Governo, vamos ter o debate eterno dos 25% da Educação. Tira inativo, põe inativo; quanto de inativo é considerado,





quanto não é considerado. Repito: se a gente tiver... a gente tem o gatilho do piso nacional e não podemos virar as costas para isso, porque é uma política de valorização. Depois você tem o gatilho decorrente das negociações, que é aplicação de algum percentual dentro da estrutura toda, então, no mínimo, mas no mínimo, R\$ 300 milhões, R\$ 400 milhões o crescimento da folha líquida.

A arrecadação própria para a Educação cresce nesse tamanho? Possivelmente não! Então como é que você...? A previdência cresce... Todo ano a dependência da previdência é maior sobre o Tesouro. De onde tirar recursos para substituir inativos no grau 100%? A gente está chegando a 60%. É difícil! Então tem que ter um pouquinho de maturidade porque não é só tirar o número daqui e pôr ali. Não é assim, se fosse assim qualquer um faria. Qualquer conta pública se fecharia por mágica, mas não é. Nós trabalhamos com fatores reais de poder que são os fatos que acontecem no dia a dia e que influenciam, no caso da arrecadação pública, das despesas públicas, o fechamento das contas.

Nós estamos bem, mas para continuarmos bem nós precisamos destacadamente enfrentar esses problemas que todos já sabemos quais são.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos)** – Eu quero encerrar justificando a ausência do Presidente Gilmar Knaesel que fez uma cirurgia ontem, mas possivelmente na semana que vem ele estará aqui.

E quero, Secretário Gavazzoni, a exemplo do que foi dito pelos demais Deputados, enaltecer e elogiar a sua atuação, bem como a da sua equipe diante da Secretaria da Fazenda. Isso é fato, pelos dados que foram apresentados, não é Deputada Luciane Carminatti, mostrando um Estado que cumpre com a Lei de Responsabilidade Fiscal, um Estado que investiu este ano R\$ 2 bilhões, que no ano que vem vai investir aproximadamente R\$ 3 bilhões, e que está com as contas em dia. Isso se reflete nas eleições, a exemplo do Rio Grande do Sul, Deputado José Milton, que há 20 anos não reelege um Governador. É por que eles são ruins? Não. É porque o Estado está com dificuldade financeira. Em Santa Catarina tivemos dois governadores reeleitos. Isso é fruto de um trabalho, de uma gestão inteligente, empreendedora, séria, honesta, transparente, de uma posição racional, que nós temos na Assembleia Legislativa, pró-ativa.

Eu quero aqui deixar uma sugestão, Secretário Gavazzoni, já que V.S<sup>a</sup> é um dos Secretários mais importantes do governo João Raimundo Colombo. Nós tivemos o Fundam, no ano passado, que foi excepcional porque repassou recursos a fundo perdido para os Municípios e a nossa preocupação é com os Municípios que estão praticamente falidos por conta de uma concentração de arrecadação em Brasília. Então, a minha sugestão é se nós pudéssemos, no ano que vem, mantermos o Fundam, alocar recursos para o Fundam e continuarmos repassando recursos, independente de bandeira política, para todos os Municípios de Santa Catarina. Esse é um programa muito importante que a gente sentiu que teve uma excepcional repercussão no nosso Estado.

Então, sendo assim, eu agradeço a presença dos representantes da Secretaria da Fazenda, do Secretário Antônio Gavazzoni, dos Deputados e em nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a nossa audiência pública. [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*]

## DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS

